Programa de Aceleração do Crescimento, Educação e Heteronomia Cultural

Roberto Leher

A chamada globalização e as políticas neoliberais foram apresentadas aos povos como a única via para impulsionar as mudanças que levariam os países à (dita) sociedade do conhecimento: o novo estágio da economia global[1]. Em nome desse porvir virtuoso, o Banco Mundial e o FMI erigiram numerosas condicionalidades para conceder aval aos empréstimos e para atuar junto à banca de *Wall Street* objetivando a redução do temerário "risco-país". Imbuídos de um poder assimétrico, esses organismos sinalizam para a banca quais países estão fazendo ou não "boas políticas" na ótica do imperialismo[2]: os que fazem o *dever de casa* recebem o bônus da queda do nível de risco; os "rebeldes", ao contrário, são sancionados de modo negativo com severas conseqüências.

Se essas políticas fossem difundidas e concebidas como imposições truculentas de perversos organismos internacionais a serviço dos senhores do mundo, dificilmente seriam hegemônicas nos dias de hoje (ANDERSON, 2004). Embora, por definição, as condicionalidades sejam impositivas, não significa que as políticas da agenda neoliberal tenham sido implementadas de fora para dentro, pois as frações locais da grande burguesia foram parte ativa desse processo e não hesitaram em mobilizar seus recursos na mídia e na academia para torná-las senso comum. No plano das ideologias, há tempos os dominantes vinham construindo a noção de que o que provém do Estado é ruim, burocrático e ineficiente, e o que "emana" do mercado ou, quando muito, da "sociedade civil", é mais eficiente, criativo e democrático (MESCHKAT, 1999). A grande disposição de pensamento subjacente a essa tese é a difusão da crença de que o mercado é não somente o lócus em que esse promissor futuro acontece, mas que esta esfera é ela mesma o motor do progresso social – o mercado é elevado à condição de sujeito, de *leitmotiv* da história.

Na edificação desses dispositivos ideológicos a educação foi extremamente revalorizada. Uma das justificativas para a redução do tamanho do Estado mais reiterada pelo Banco Mundial e por seus aliados locais foi que uma política agressiva de privatizações e de parcerias público-privadas permitiria que o Estado se dedicasse ao que realmente importa: a educação. As verbas públicas deixariam de ser drenadas para as "ineficientes" estatais e, assim, o Estado teria caixa para melhorar o *capital humano* por meio da educação.

No caso da educação emerge aqui um aparente paradoxo: as privatizações e parcerias foram justificadas em nome das supostas atividades fins do Estado, como a educação; contudo, os Estados não ampliaram os investimentos na educação. Ao contrário, o diagnóstico feito pelos neoliberais, e até mesmo por segmentos provenientes da esquerda, inclusive sindicatos 'oficialistas´, é que o problema da educação não é o financiamento, mas a gestão do sistema e que, por isso, caberia ao Estado erigir um robusto sistema de avaliação para monitorar a qualidade da educação e fazer os ajustes necessários para garanti-la.

Em função disso, os anos 1990 foram corretamente caracterizados pela literatura crítica como a década da avaliação. Para manejar as políticas educacionais em direção ao caminho certo, bastaria promover políticas de gestão e de avaliação, instrumentos que garantiriam que a ação de cada educador estaria balizada pelas "demandas sociais",

---

[1] . Ver Relatório Delors, 1996, disponível em www.unesco.org/delors/Revista_portugues.

[2] . O lugar do Banco Mundial no manejo do imperialismo torna-se evidente com a nomeação de Wolfowitz para a presidência do organismo (Leher,2005a).

pelos “anseios da sociedade civil” e pelas transformações advindas da suposta Revolução Científico-Tecnógica ou, em uma palavra, pelo mercado.

Uma década e meia depois da generalização desse credo, o fracasso retumbante dessa política é evidente. Tomando como referência a educação fundamental, prioridade proclamada, os indicadores evidenciam o tamanho do problema. No Brasil, a escolaridade média da População Economicamente Ativa não ultrapassa 5 anos (2005) e dos 15,5 milhões de brasileiros acima de dez anos que não sabem ler, 15% têm até 30 anos (PNAD/ IBGE, 2007 - dados referentes à 2005).

Os resultados do teste aplicado na pesquisa do INAF-2005[3] revelam que apenas 23% da população jovem e adulta brasileira é capaz de adotar e controlar uma estratégia na resolução de um problema que envolva a execução de uma série de operações. Só essa parcela é também capaz de resolver problemas que envolvam cálculo proporcional. É ainda mais preocupante a revelação de que apenas neste grupo minoritário encontram-se os sujeitos que demonstram certa familiaridade com representações gráficas como mapas, tabelas e gráficos.

Embora sem ignorar os problemas organizativos e das formas de governo das escolas, é evidente que a precariedade material não pode ser uma dimensão a ser seriamente considerada na avaliação do dramático quadro educacional. Examinando o cumprimento, ou não, das metas do Plano Nacional de Educação oficial, os técnicos da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados chegaram a resultados alarmantes[4]. Das 169 mil unidades escolares, 48 mil são unidocentes, o que obviamente não configura uma instituição escolar, pois a professora não pode interagir com nenhum outro profissional, e tem que ministrar simultaneamente aulas para crianças em várias séries na mesma sala de aula. Somente pouco mais da metade das escolas possui mais de 4 salas de aula (89 mil) e, um número ainda menor (79 mil), garante uma jornada escolar igual ou superior a 4 horas-aula/ dia. Frente a esse quadro, não surpreende que 26% dos estudantes matriculados sejam reprovados e/ ou acabem abandonando os estudos.

A ideologia neoliberal provocou o silenciamento de um fato incontestável: as verbas educacionais são absolutamente insuficientes para manter e desenvolver um sistema público de educação que contemple adequadamente a educação básica e a educação superior públicas. Os publicistas do credo neoliberal sustentaram que o país já gasta muito com a educação e que o problema da qualidade poderia ser equacionado pela “revolução gerencial”. Frente à persistência de críticas ao padrão medíocre de financiamento, o Governo Lula da Silva tem difundido que, em sua gestão, as verbas educacionais correspondem a 4,3% do PIB, sustentando, inclusive, a ampliação em relação ao período Cardoso. Entretanto, a despeito da propaganda, a revisão dos cálculos do PIB evidenciou que o país aplica vergonhosos 3,5% do PIB em educação[5], perto da metade do índice recomendado pela Unesco (6 a 7% do PIB).

Os recursos previstos – e é importante sublinhar que não estão garantidos – no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), na ordem de grandeza de R$ 8 bilhões até 2010 (algo como R$ 2,0 bilhões/ano)[6], são irrisórios frente ao que o governo está

---

[3] .V Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional. Um diagnóstico para a inclusão social pela educação [Avaliação de Leitura e Escrita]. *Ação Educativa*, 8 de setembro de 2005. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/inaf05.pdf.

[4] . Câmara dos Deputados, Comissão de Educação e Cultura. *Avaliação técnica do plano nacional de educação*. Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.189 p. il. (Série ação parlamentar ; n. 294).

[5] . Otaviano HELENE. O outro lado do PIB. *Folha de São Paulo.* Dinheiro. São Paulo, 7 de abril de 2007.

[6] .Luciana Vasconcelos Haddad apresenta a secretários Plano de Desenvolvimento da Educação. Radiobrás/ *Agência Brasil*, 23 de Março de 2007.
Disponível em: http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/03/23/materia.2007-03-23.5396929193/view

deixando de repassar para a educação em virtude do veto ao PNE. Caso o veto tivesse sido derrubado, o orçamento anual para a educação pública seria mais que o dobro, passando para R$ 150 bilhões (o que daria algo como R$ 75 bilhões /ano a mais do que é aplicado atualmente no país). A rigor, em relação às verbas do PDE, sequer está explícito se os parcos R$ 8 bilhões (2007-2010) serão recursos novos ou se serão remanejamentos de outras rubricas.

A medida da política educacional do Governo Lula da Silva mais festejada, o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), também em nada altera a desresponsabilização do Estado frente à educação pública, não alterando a permanência da Desvinculação das Receitas da União na educação (e na saúde/ previdência). Quando o Estado nacional deixa de repassar R$ 75 bilhões para a educação pública, o anúncio de que o governo pretende ampliar progressivamente as verbas federais para a educação, partindo de um patamar da ordem de R$ 2,3 bilhões para chegar, em quatro anos, a R$ 4 bilhões, revela o quão longe está o governo da prioridade social. Com esses raquíticos montantes a União sequer cobre o calote que impinge ao Fundo de Manutenção, Desenvolvimento e Valorização do Magistério (FUNDEF). De fato, atualmente a União contribui com menos de 3% dos recursos totais do FUNDEF quando, pela Lei 9424/96, essa participação deveria ser de 10%. O débito da União com este fundo acumulado no período 1999-2006 é superior a R$ 20 bilhões. Assim, a ordem de grandeza dos recursos adicionais pelo FUNDEB e pelo PDE é absolutamente irrisória frente ao que o governo tem deixado de repassar para as escolas e universidades públicas.

A situação da universidade pública é de igual penúria, anunciando um futuro tenebroso para essas instituições. Pelo Projeto de Lei 7200/06, o governo federal propõe que as verbas sejam correspondentes a 75% dos 18% das receitas líquidas de impostos preconizados pela Constituição Federal para a educação. Entretanto, em virtude da hipertrofia das contribuições e da estagnação dos impostos e, ainda, da DRU, os 18% hoje não passam de 10 bilhões (valor apurado pelo TCU, em 2005). Deste recurso, pelo projeto devem ser retirados os valores devidos ao futuro FUNDEB (que, conforme o MEC, seriam de 2,2 bilhões no primeiro ano, e 4,3 bi no quarto ano). Mesmo considerando que das verbas constitucionais vinculadas apenas 30% poderiam ser utilizadas no FUNDEB, no quarto ano haveria R$ 1,7 bi para o referido Fundo. Ora, o que sobraria seria ridiculamente pouco: R$ 8,3 bilhões, e 75% deste valor resultaria em apenas R$ 5,6 bilhões. Isso significa, na prática, congelar por dez anos os recursos das IFES em um patamar ainda inferior ao atual, em um contexto em que o governo afirma que ampliará os *campi* e criará novas IFES.

Seria muito simplismo acusar os últimos governos de serem apenas insensíveis com a causa da educação pública. O problema, como preconizava Florestan Fernandes, é muito mais denso e profundo. O gravíssimo quadro educacional, esboçado neste texto, expressa uma situação estrutural decorrente da condição capitalista dependente do país, condição esta que impediu a revolução burguesa e hipertrofiou as frações da burguesia locais mais internacionalizadas, justo as que não têm qualquer interesse relevante em um sistema educacional público de elevada qualidade.

Contexto geral do PAC: a Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional da América Latina (IIRSA) e o Imperialismo

Em uma perspectiva histórica, o lançamento do PAC, a expressão nacional do IIRSA, não pode deixar de provocar a sensação de um *déjà-vu* que, entretanto, nada tem de ilusória: a promessa de um arranque para o crescimento econômico como condição

para a elevação do padrão de vida da população, é uma tese que está no âmago das ideologias da modernização, do desenvolvimento e da globalização, contribuindo para a implementação de políticas econômicas e sociais concretas que permitiram ainda maior grau de hiperexploração e de apropriação do excedente econômico pelo grande capital.

De W.W. Rostow (1964) a Antonio Delfim Netto, essa tese é recorrente no discurso da ordem e, de uma perspectiva ideológica, anuncia um melhor porvir nos marcos do capitalismo realmente existente. Nos últimos anos, a globalização neoliberal cumpriu essa função, mas, do ponto de vista dos que vivem-do-próprio-trabalho, as suas promessas se desfizeram sob o peso da realidade adversa reacendendo as lutas sociais, muitas delas anti-sistêmicas (WALLERNSTEIN, 2005). O PAC busca também preencher essa lacuna, embora seu objetivo central seja a ratificação da inclusão do país na geografia econômica desenhada pelo imperialismo, dentro e fora do país.

No contexto do neoliberalismo, como pareceu a alguns[7], esse programa tem a aparência de uma inflexão estrutural, pois o Estado seria novamente reconhecido com agente econômico e de planificação; contudo, como pode ser visto adiante, um exame mais detido atesta que não há nada de novo no *front*: o Estado nunca abandonou seu papel de operador da economia e, ademais, o fator propulsor do crescimento econômico, conforme o PAC, requer o chamado "déficit nominal zero"[8], o aprofundamento da reprimarização e o agravamento da condição capitalista dependente do país, uma tendência forte que vem se adensando desde a crise estrutural da dívida de 1982.

A recente visita de Bush aos países "amigos" dos EUA, entre os quais o Brasil e a Colômbia do direitista Álvaro Uribe, e, de outra parte, de Lula da Silva aos EUA, atestam justamente o compasso entre os EUA e suas demandas de energia, matérias-primas, *commodities* em geral, e de captação do excedente econômico por meio do capital financeiro e as frações locais da burguesia mais internacionalizadas. De fato, após muitos dilemas sobre as conseqüências da substituição das importações, hoje as frações locais mais fortes – agronegócio, *commodities* e financeira-rentista não têm mais quaisquer resquícios de dúvidas de que a forma de inserção capitalista dependente na economia-mundo lhes é favorável.

Como os EUA terão de rever, mais cedo ou mais tarde, as tarifas de comércio de produtos agrícolas para viabilizar o uso do etanol, é previsível que haja avanços importantes em termos de contrapartidas de "produtos sensíveis", como os produtos industriais e, não menos importante, no campo dos serviços. Seria pueril que os EUA abrissem seu mercado ao etanol brasileiro sem se valer da condição de grandes compradores para forçar ainda mais a abertura econômica aos seus produtos estratégicos. A rigor, esses termos já estão colocados em todas as rodadas de negociações no escopo da OMC: a redução das tarifas agrícolas terá de ter como contrapartida uma abertura ainda maior do Brasil aos produtos industrializados e aos serviços, entre os quais destaca-se a educação superior.

---

[7] . O mérito do plano foi recuperar um projeto de desenvolvimento econômico e procurar acender o espírito animal dos empresários. O setor privado precisa de duas garantias para investir: a de que haverá crescimento e a de que não faltará energia (Entrevista de A. D. Netto à Revista Veja em 22/01/2007).

[8] . "Esta proposta consiste em aumentar o superávit primário de forma a viabilizar o pagamento de todos os juros da dívida. Visto que hoje o superávit equivale a menos da metade dos juros, a proposta de Delfim prega a realização de um ajuste fiscal de longo prazo, que busque cortar os gastos sociais (principalmente os da previdência, salário mínimo e dos servidores públicos) por um período de 10 anos, de forma a viabilizar o total pagamento dos encargos da dívida" (*"PAC implementa a proposta de Déficit nominal zero de Delfim Netto. Artigo de Rodrigo Vieria de Ávila da Rede Jubileu Sul"*).
Disponível em: http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=4483. Acesso em 6 de abril de 2007.

Com efeito, há tempos os EUA tentam resolver um problema importante. Apesar do MERCOSUL representar 40% do investimento total dos EUA na América Latina e Caribe (ALC), apenas 15% do comércio estadunidense na ALC é com os países que compõem esse bloco (LOWENTHAL, 2006). Em um contexto geral de crise estrutural, essa assimetria é obviamente um obstáculo a ser removido.

Mas há problemas ainda maiores que negam a reiterada tese da irrelevância da América Latina para os EUA: esta região possui fontes de energia (gás, petróleo, etanol), de biodiversidade, água doce (rios e bacias hidrográficas), minérios estratégicos etc. que nada têm de secundárias, ao contrário, são cruciais para a economia estadunidense, em especial em um contexto de drásticas transformações ambientais[9].

Se na esfera política o ALCA não pôde ser viabilizado – tanto em virtude das mobilizações populares em diversos países da região, como, não menos importante, pelas fortes resistências advindas dos EUA, em especial de agricultores e de corporações de diversos ramos (aço entre outras) – isso não quer dizer que o imperialismo tenha sido vencido ou estancado em seus propósitos. Considerando a natureza das relações econômicas vigentes da região com os EUA, relações de natureza neocolonial, a consolidação de marcos regulatórios e de medidas de infra-estrutura estão em curso para cristalizar um padrão de acumulação duradouro. A principal ferramenta para efetivar esse processo é o Plano de Ação para a Integração da Infra-Estrutura da América do Sul.

PAC: Reprimarização e neocolonialismo

O anúncio do Programa de Aceleração do Crescimento não significa nenhuma reversão na tendência de fortalecimento das frações burguesas mais internacionalizadas. Ao contrário. Esta seção propugna que o PAC é a versão nacional do IIRSA, o programa de infra-estrutura previsto no ALCA.

A força relativa das frações locais da burguesia mais internacionalizadas conheceu extraordinário fortalecimento no período de Lula da Silva. No período Cardoso, para cada R$ 100,00 gerados na economia, R$ 14,50 dependiam da dinâmica externa da economia; no Governo Lula da Silva este valor subiu para R$ 47,00, conforme aponta o economista Reinaldo Gonçalves (2006).

O objetivo desta seção não é fazer uma análise da coerência interna do PAC e de suas implicações para a economia brasileira, o leitor pode contar com considerações pertinentes em diversos artigos[10]. A principal preocupação é apontar que, para além das críticas a respeito da inconsistência econômica do programa – como a incompatibilidade entre a macroeconomia neoliberal e o crescimento qualitativo socialmente orientado (JURUÁ, 2007), a manutenção de taxas reais de juros elevadíssimas, em benefício dos portadores de títulos da dívida, ou a redução gradual dos gastos correntes da União, objetivando o propalado "déficit nominal zero" e encolhendo, tendencialmente, o Estado Social, ou, ainda, a sistemática manutenção da política de contingenciamento dos gastos federais (em benefício do capital rentista) – o PAC confirma e consolida o padrão de acumulação dependente no país. Como lembrou Leda Paulani (2007), o desenvolvimento é o mais político dos temas econômicos e, com efeito, o PAC

---

9 . Márcia Bizzotto ONU prevê secas e falta de água para mais de 1 bilhão. *BBC Brasil*, disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/04/070406_relatorioipccml.shtml.

10 . Consultar: BENAYON, 2007; KUCINSKI, 2007; JURUÁ, 2007; MUNHOZ, 2006, e VIEIRA DE ÁVILA, s/d.

consolida o modelo econômico neoliberal em curso como política estratégica para a inserção do país na economia-mundo.

A opção pelo IIRSA-PAC significa, por conseguinte, uma tomada de posição diante dos movimentos camponeses e indígenas. O redesenho territorial requererá a remoção dos obstáculos aos negócios. Pouco importa o posicionamento contrário dos movimentos sociais e de camponeses que vivem no entorno do rio São Francisco ao projeto de transposição do curso deste importante rio em benefício do agronegócio. Igualmente irrelevante é o posicionamento dos pequenos agricultores (e da parte não colonizada dos cientistas) contra a expansão da produção de celulose na bacia aqüífera do Guarani. No caso da siderurgia intensiva em energia (alumínio, por exemplo) e da celulose, está ocorrendo uma migração das fábricas do hemisfério Norte para o hemisfério Sul, onde as vantagens competitivas são maiores.

À guisa de conclusão

O artigo demonstra que o devastador quadro de *apartheid* educacional vivido pelo país não é, sob a ótica das frações locais da burguesia internacionalizada, um problema substantivo. A educação contribui para a governabilidade e para a formação de uma força de trabalho grosso modo de modesta escolarização. Por isso, os setores dominantes não se mobilizarão para fazer uma "revolução educacional" a exemplo do que frações burguesas fizeram em outros países.

Não pode surpreender que nem Cardoso nem Lula da Silva tomaram a decisão de alterar em profundidade o padrão de financiamento da educação pública brasileira, deprimida em 3,5 % do PIB, a despeito do PNE aprovado no parlamento ter indicado 7% do PIB. Estes dois governos são expressões locais – distintas em diversos aspectos – de governos que fazem a política que convém aos setores dominantes e, caso tivessem mantido o disposto em lei, teriam que reduzir a participação do fundo público na remuneração do capital portador de juros, um anátema intolerável para os dominantes.

A ingênua crença de que com a edição do PAC o governo poderia redirecionar os rumos de seu mandato não resiste a um exame mais detido da questão. O presente texto procura demonstrar que o PAC é parte de um plano muito mais amplo, a IIRSA, atualmente o plano mais estruturado dos interesses do imperialismo na América Latina.

Nos termos do PAC e do IIRSA, o país deve ser convertido em um centro exportador de minérios, produtos agrícolas, *commodities* mais ou menos industrializadas, em particular nas áreas de energia, recursos hídricos (celulose),e biodiversidade (fármacos), atividades que, em conjunto, confirmam o processo de reprimarização do país.

Nesse novo mapa econômico, distinto, em muitos aspectos, ao da industrialização por substituição das importações, a universidade capaz de produzir conhecimento novo torna-se uma idéia fora do lugar, assim como a existência de um sistema de educação básica bem estruturado e de elevada qualidade.

A conseqüência desse quadro é uma economia subordinada aos centros dinâmicos do capitalismo, estruturada em cadeias produtivas fragmentadas e desfeitas, baseada no uso intensivo de energia e de força de trabalho hiper-explorada. Neste contexto, a asseveração do Nobel da Escola de Chicago, Gary Backer, de que não cabe

o modelo europeu de educação superior na América Latina assume pleno sentido. Igualmente coerente com essa lógica é a asseveração do Banco Mundial de que o país pode se contentar com conhecimento de segunda mão ou, ainda, com as análises do principal analista de educação desse organismo, George Psacharopoulos, de que, considerando as vantagens comparativas da região, o melhor retorno aos investimentos educacionais provém da educação fundamental e do adestramento da mão de obra.

Em conformidade com o capitalismo dependente, as medidas do PDE à possível exceção do piso salarial nacional (caso venha a ser confirmado, pois até abril de 2007 o governo ainda não havia definido o valor e a abrangência do mesmo), pouco ou nada acrescentarão ao combalido sistema público de educação. A ordem de grandeza de recursos sequer repõe as perdas com a burla das regras do FUNDEF.

A universalização do direito à educação pública e de elevada qualidade somente acontecerá caso existam mobilizações sociais com força suficiente para impor derrotas à hegemonia neoliberal. Os prenúncios na América Latina são promissores ...

Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. El papel de las ideas en la construcción de alternativas. In: BORÓN, Atílio (Comp.) *Nueva hegemonía mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

BARROS, Guilherme. Governo e empresários se unem contra crise. *Folha on Line*, São Paulo, 31 julho 2005.

BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique (Comp.). *Neoliberalismo y sectores dominantes*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

BENAYON, Adriano. O Programa de «Aceleração» do Crescimento (PAC). Disponível em: <http://www.estruturas.com.br>. Acesso em: 02 fevereiro 2007.

CARMELLO, Claudia. Banco Mundial financia pecuária na Amazônia em projeto polêmico. *Repórter Brasil, Agência Carta Maior*, 15 março 2007. Disponível em: http://agenciacartamaior.uol.com.br.

CECEÑA, Ana Esther. Sujetizando el objeto de estúdio, o de la subversión epistemológica como emancipación. In: CECEÑA, A.E. (comp.) *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado.* Buenos Aires:CLACSO, 2006.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil. Um ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

GARZON, Luis Fernando Novoa. Madeira no leilão do grande capital: quem disse que o futuro tem preço? *Agência Carta Maior*. Disponível em: http://agenciacartamaior.uol.com.br. Acesso em março de 2007.

GLASS, Verena. BNDES financia R$ 619,3 mi para indústria de celulose no ES e RS. *Agência Carta Maior*, 08 dezembro 2006. Disponível em: http://agenciacartamaior.uol.com.br

_____. MPF pede anulação do licenciamento e do EIA do Complexo Madeira. *Agência Carta Maior*, 14 março 2007. Disponível em: http://agenciacartamaior.uol.com.br.

GONÇALVES, Reinaldo. Desestabilização macroeconômica e dominação do capital financeiro no Brasil. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique (Comp.). *Neoliberalismo y sectores dominantes*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. SP: Loyola, 2004.

JURUÁ, Ceci. Qual o significado do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento? *Relatório de Análise de Conjuntura de Março de 2007*, Projeto Outro Brasil, LPP/UERJ. Disponível em:<http://www.lpp-uerj.net/outrobrasil>.

KUCINSKI Bernardo. Especulações em torno da lógica do PAC. *Agência Carta Maior*. 09 fev. 2007. Disponível em: http://agenciacartamaior.uol.com.br.

LEHER, Roberto. Wolfowitz no Banco Mundial: educação como segurança. *Pensando um outro Brasil: análises de conjuntura*. V.2. Projeto Outro Brasil, LPP/UERJ. 2005a. Disponível em:<http://www.lpp-uerj.net/outrobrasil>.

_____ Opção pelo mercado é incompatível com a democracia: a crise do Governo Lula da Silva e no PT e as lutas sociais. *Revista del OSAL*, Buenos Aires, CLACSO, n. 17, mayo-agosto, 2005b.

LOWENTHAL, Abraham F. Os EUA e a América Latina no século XXI. *Política Externa*, vol. 15, nº 3, dezembro/fevereiro, 2006-2007.

MESCHKAT, K. Una crítica a la ideologia de la 'sociedad civil". In: HENGSTENBERG, KOHUT, K.; MAIHOLD, G. (eds) *Sociedad civil en América Latina: representación de intereses y gobernabilidad*. Caracas: Ed. Nueva Sociedad, 1999.

MUNHOZ, Dércio Garcia. O crescimento econômico nos próximos quatro anos do Governo Lula. *Revista de Conjuntura*, Brasilia-DF, jul/set 2006.

PAULANI, Leda; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. A miopia do PAC. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 fev. 2007.

POMAR, Wladimir. Travas e PAC. *Correio da Cidadania*, SP, 07 fevereiro 2007.

RETAMAR, Roberto Fernández. *Pensamiento de nuestra América*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

ROSTOW, Walt W. *As etapas do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964

UNESCO. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação do Século XXI, 1996. Disponível em: www.unesco.org/delors/Revista_portugues.

VIEIRA DE ÁVILA, Rodrigo. PAC: Programa de Atendimento aos Credores. In *Campanha Cidadã da Dívida*, Rede Jubileu Sul da Dívida. Disponível em: http://www.divida-auditoriacidada.org.br/

WALLERSTEIN, Immanuel O que significa hoje ser um movimento anti-sistêmico? In LEHER,Roberto.; SETÚBAL, Mariana (orgs.) *Pensamento crítico e movimentos sociais – diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005.

WOOD, Ellen M. El imperio del capital. Espanha: El Viejo Topo, 2003.

ZIBECHI, Raúl. IIRSA, la integración a la medida de los mercados. *Programa de las Américas del International Relations Center Informe Especial*. Disponível em: <http://www.ircamericas.org/esp/3314>. Acesso em: 30 março 2007.